



ACÓRDÃO Nº1066/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11192/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Benjamin Constant.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Etã Pereira Castelo Branco (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Vinícius Santana Gomes OAB/AM 12070.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2430/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Benjamin Constant, exercício de 2020, sob responsabilidade do Sr. **Etã Pereira Castelo Branco**, Presidente daquela Casa e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, II, c/c o art. 24, ambos da Lei n.º 2.423/96TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **Etã Pereira Castelo Branco**, Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), correspondente à 5%, nos termos do art. 54, VII, da Lei n.º 2.423/96-TCE/AM, alterado pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM, c/c o art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018–TCE/AM, pela falha constante no item 6, da fundamentação deste Voto e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício



ACÓRDÃO Nº1066/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique:

10.3.1. A persistência de acúmulos ilícitos de cargos por parte dos vereadores Maria da Conceição Nogueira da Silva, Suzie Nascimento Nobre e Marcos Alex Lasmar Bentes e, em havendo, adote as medidas cabíveis; em sendo detectado o acúmulo de cargos de forma lícita, que seja feita a verificação de compatibilidade de horários, nos termos do art. 37, XVI, da CF/88;

10.3.2. Se ainda permanecem valores a receber, no âmbito da Câmara Municipal de Benjamin Constant, provenientes da conta créditos a receber valores em curto prazo, tendo em vista que o responsável tem o dever de cobrar pelos meios disponíveis os respectivos valores, ainda que os créditos não tenham sido originados no seu exercício de gestão, tomando as medidas cabíveis quanto ao caso.

10.4. Dar ciência ao Sr. **Etã Pereira Castelo Branco**, Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant e Ordenador de Despesas, acerca do teor da decisão;

10.5. Arquivar os autos após os prazos legais.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Julho de 2022.



ACÓRDÃO Nº1066/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral